

1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA - CEAS/SC.**
2 Aos treze dias do mês de setembro de 2016, na Secretaria de Estado de Assistência Social,
3 Trabalho e Habitação – SST foi realizada a 8º Reunião Plenária Ordinária do ano de dois mil
4 e dezesseis, do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina. A Reunião
5 Plenária contou com a presença dos **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTES**
6 **REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular
7 Daiana Nardino Dias representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho
8 e Habitação – SST; Conselheira Suplente Maria Elisa da Silveira de Caro representante da
9 Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular
10 Letícia Martins representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
11 Habitação - SST; Conselheira Suplente Paloma Mariucci representante da Secretaria de
12 Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Neylen
13 Bruggmann Bunn Junckes representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania –
14 SJC. **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DAS**
15 **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular Vânia Maria Machado
16 representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Conselheiro Titular Gilberto
17 Antonio Scussiato representante da Pastoral da Criança; Conselheiro Titular Roque Heitor
18 Gonçalves representante do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social –
19 FEPAS/SC; Conselheira Titular Andrea Gadiolli Fidêncio Poscai representante da Pastoral
20 da Pessoa Idosa; Conselheiro Titular Samuel Salezio dos Santos representante do
21 Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC 12ª Região; Conselheiro Titular André
22 Eduardo Foppa Souza representante da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas -
23 CVM; Conselheira Suplente Aline Aparecida Justino representante da Cáritas Brasileira –
24 Regional Santa Catarina; Maristela Vieira representante do Conselho Regional de
25 Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região – CREFITO 10. **Outros Participantes:**
26 Janice Merigo – FECAM; Sílvia Saramento – Estagiária CEDEP; Ermelinda Armando
27 Quintunda – Estagiária CEDEP; Ana Carolina Rosa Pires – Apoio CEAS. Após levantamento
28 e confirmação do Quorum Regimental procedeu-se a Leitura e Aprovação da Ordem do Dia;
29 **CONVOCAÇÃO REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 13 DE SETEMBRO DE 2016:** A
30 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, no uso de suas
31 atribuições regimentais, **convoca** os **Conselheiros Titulares** e os **Conselheiros Suplentes**
32 para a REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de **13/09/2016, terça-feira**, com início às
33 **13h00min** em primeira convocação e às 13h15min em segunda convocação, com previsão
34 de término para as 18h, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Assistência Social,
35 Trabalho e Habitação – SST, na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC,
36 Fone: (48) 3664 0712, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.**
37 **Levantamento do Quorum Regimental; 2. Aprovação das Justificativas dos**
38 **Conselheiros Ausentes; 3. Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; 4. Aprovação das**
39 **Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias realizadas no dia 12 de julho e 16 de agosto**
40 **de 2016; 5. Aprovação da Minuta de substituição de texto do Plano de Aplicação dos**
41 **Recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; 6. 36º Encontro do**
42 **Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, em**
43 **Alagoas nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2016; 7. Recomposição de Comissões;**
44 **8. Momento das Comissões; 9. Informes Gerais.** Após levantamento do Quórum
45 Regimental, a Presidente Vânia Maria Machado dá início a presente Reunião. **Aprovação**
46 **das Justificativas dos Conselheiros Ausentes:** Justificaram ausência a Conselheira
47 Titular Camila Magalhães Nélsis representante da Secretaria de Estado de Assistência
48 Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular Daiane Mantoanelli representante
49 da Federação Catarinense de Entidades de e Para Cegos – FECEC; Conselheira Suplente
50 Maria Cláudia Goulart representante do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina –
51 SINPSI/SC; Conselheiro Titular Daniel Paz dos Santos representante do Movimento
52 Nacional de População de Rua. A Presidente Vânia Maria Machado realiza a leitura da
53 Ordem do Dia, **solicita a inclusão das pautas: 1. As eleições do CMAS de São José; 2.**
54 **Evento do município de Palhoça, onde Vânia representará o CEAS e outros eventos**
55 **que surgem para os Conselheiros realizarem falas referentes ao CEAS; 3. Seminário**

56 sobre o papel das entidades beneficentes de assistência social, isenções e
57 imunidades tributárias dessas organizações no dia 16 de setembro (CIEE); 4. Decreto
58 8.805 de 7 de julho de 2016 e o Programa Criança Feliz; 5. Reunião Trimestral de
59 CNAS no dia 16 de setembro de 2016; 6. II Encontro dos Conselheiros de Assistência
60 Social; 7. Capacitação dos Conselheiros Estaduais de Assistência Social. Inclusão das
61 pautas aprovadas por todos. **Eleições do Conselho Municipal de Assistência Social -**
62 **CMAS de São José:** A Presidente Vânia relata a situação de já haver acontecido as
63 eleições do referido conselho e que na lei do município só consta a representação de
64 entidades na composição do Conselho, não tem representação de trabalhadores do setor e
65 usuários, verificando essa situação como ilegal e irregular, considerando a LOAS e a NOB-
66 SUAS. **Sugere** a impugnação das eleições através de um ofício a ser encaminhado pelo
67 CEAS para o Ministério Público com cópia para o Secretário de Assistência Social de São
68 José e Conselho Municipal de Assistência Social de São José, se colocando a disposição
69 para que o CEAS acompanhe o processo eleitoral com um novo edital, juntamente com a
70 realização de orientação para o mesmo na revisão de minuta adequando a composição
71 paritária por segmento. O Conselheiro Roque Heitor Gonçalves menciona que o Fórum
72 Estadual Permanente da Assistência Social – FEPAS está elaborando um documento para a
73 Promotoria Estadual e a de São José, solicitando a impugnação das eleições do CMAS de
74 São José. A Conselheira Leticia Martins ressalta a importância de planejar a forma que o
75 município vai ser acompanhado pelo CEAS a partir da denúncia realizada. A Secretária
76 Executiva Patrícia Gasparetto da Silva sugere que a demanda do município de São José
77 seja colocado como prioridade nos estudos da Comissão de Acompanhamento aos
78 Conselhos Municipais de Assistência Social. A Presidente Vânia esclarece que além da sua
79 sugestão de denunciar ao Ministério Público, junto tem o compromisso por parte do CEAS
80 em acompanhar e assessorar o município no que precisar, na criação de um novo edital, por
81 exemplo. Após amplo debate sobre o encaminhamento mais adequado e seus
82 desdobramentos, foi colocada para aprovação da Plenária a proposta de
83 **ENCAMINHAMENTO:** Encaminhar um ofício a Promotoria do Estado e do Município, com
84 cópia para Secretário de Assistência Social de São José e Conselho Municipal de
85 Assistência Social de São José, denunciando a irregularidade no processo eleitoral da
86 Sociedade Civil no CMAS de São José, e colocando o CEAS a disposição junto com o
87 Ministério Público a estar acompanhando o município em novo processo eleitoral.
88 Encaminhamento aprovado por todos, exceto o Conselheiro André Eduardo Foppa
89 representante da Creche Vinde a Mim Criancinhas – CVM que optou pela abstenção de seu
90 voto. Conselheiro André Eduardo Foppa e Conselheira Neylen Bruggmann Bunn Junckes se
91 retiram da plenária perante justificativas. **Seminário sobre o papel das entidades**
92 **beneficentes de assistência social, isenções e imunidades tributárias dessas**
93 **organizações no dia 16 de setembro de 2016 (Centro de Integração Empresa e Escola**
94 **- CIEE):** A Presidente Vânia menciona que, conforme é de conhecimento de todos, o CMAS
95 de Florianópolis indeferiu a solicitação de inscrição do CIEE enquanto entidade de
96 Assistência Social, após análise e parecer de Comissão. Parecer esse, que foi questionado
97 e encaminhado ao CEAS, enquanto instância recursal. O CEAS em seu parecer ratificou o
98 que foi elaborado pelo CMAS, pois o CIEE não se encaixa nos requisitos para ser uma
99 entidade de Assistência Social. A partir disso, o CIEE entrou com um mandato de segurança
100 contra o CMAS de Florianópolis, e ganhou. Recentemente o CMAS de Florianópolis realizou
101 sua eleição, e o CIEE foi a entidade mais votada. Inclusive, as reuniões do Fórum Municipal
102 de Políticas Públicas de Florianópolis aconteciam no Centro de Educação, e agora
103 acontecem no CIEE. A Presidente Vânia ressalta sua preocupação com a questão legal das
104 coisas. Principalmente sobre o que está acontecendo com o SUAS, os desmontes, correndo
105 o risco de voltar aos programas, assistencialismo, retrocessos, lutas conquistadas que estão
106 retrocedendo. Menciona que o Conselho tem que pedir para as Secretarias Municipais de
107 Assistência Social orientar seus Secretários, fazer o movimento inverso. Pois o Governador
108 também vai fazer seu movimento de adesão, mostrar para eles quais são as implicações e
109 os impactos de tudo que está acontecendo com a Política de Assistência Social. Menciona
110 que hoje de manhã na Reunião da Frente foi tirado como encaminhamento estar presente

111 no evento enquanto frente, onde iriam a Solange Bueno e Janice Merigo, pois o Secretário
112 não foi no dia da criação da Frente, mas no seminário promovido pelo CIEE ele já confirmou
113 presença, o que é muito simbólico. Temos que pensar qual o nosso papel enquanto
114 Conselho, na questão do CEBAS, que será pauta nesse evento. Orientar os CMAS para que
115 eles façam o papel deles. O quanto os CMAS estão cumprindo o seu papel? Porque é a
116 partir da fiscalização dos CMAS que o setor de certificação mantém ou não os certificados, o
117 que quer dizer isenção de muitos fiscos. O Conselheiro Samuel menciona que
118 provavelmente não vai conseguir ir ao evento, mas temos que fazer uma reflexão bem
119 importante, sobre os retrocessos que estamos vivendo, no sentido de voltar a década de 90,
120 algumas entidades, poucas entidades, estão se beneficiando com isso, então a partir do
121 momento que desregulamentar é isso: ou você tem poder de barganha, como funcionava
122 até pouco tempo e consegue mais recurso ou você é excluído, e não vai ter recurso para
123 todas as entidades, sabemos isso. Então hoje, fazer um pacto com as entidades, no sentido
124 de pensar minimamente de forma republicana a Política de Assistência Social é
125 fundamental, e se as entidades forem na *onda*, talvez agora tenham alguns benefícios,
126 tenham vantagens, mas depois não terão mais, dependendo da conjuntura política e outros
127 movimentos. No CRESS, só para pensarmos, existe uma discussão muito grande com o
128 SESC, sobre a caracterização do trabalho profissional, como que realizam, não
129 questionando tudo, pois algumas realizações do SESC são ótimas, mas sabemos que o
130 SESC realiza com o dinheiro público, que é administrado pelos próprios empresários, para
131 fornecer e formar força de trabalho. E o CIEE funciona numa lógica parecida, de captação
132 de recursos, principalmente de alguns programas e iniciativas, que nem sempre são da
133 assistência social, muitas vezes de outras políticas, e dentro desse escopo têm que avaliar
134 todo o *engebramento* legal que tem aí, de quem consegue imunidades tributárias, em que
135 tipo de programa, que tipo de realização da imunidade tributária. Dependendo de como a
136 entidade se coloca, ela garante imunidade tributária terceirizada para certas empresas. A
137 Conselheira Neylen menciona que os Conselhos são compostos em sua maioria por
138 entidades, estas que vivem muitas vezes do dinheiro público, e aqui nesse espaço teríamos
139 que ter uma maturidade profissional para discutir para além dos interesses de cada
140 entidade. Conseguir olhar as entidades como um todo e ver que elas colaboram sim para o
141 sucateamento público da garantia de direitos, mas não de forma perversa e intencional. A
142 Presidente Vânia menciona que temos que pensar em comprometimento, pois se existe o
143 compromisso com a Política de Assistência Social, entendendo nem que seja o mínimo do
144 que é o controle social, temos que debater e tirar um posicionamento. Ver quem poderia ir
145 ao evento, e na medida em que for colocada a questão do CEBAS, qual o papel do controle
146 social nessa questão? A Vânia menciona que não estará aqui, então não pode se colocar
147 para ir ao evento. O Conselheiro Samuel sugere elaborar uma Carta Aberta para levar ao
148 evento, mostrando o posicionamento do CEAS, lendo na hora, se cederem espaço,
149 explicando que é algo do colegiado, ressalta que é um tema muito complexo, que daria para
150 construir muita coisa, mas podemos fazer mais sintético. Pode fazer uma minuta para irem
151 construindo. A Presidente Vânia menciona que tem duas questões, quem poderá ir e quem
152 poderá ajudar a Patrícia a construir essa carta. Maristela se disponibiliza a auxiliar na
153 construção. Samuel enfatiza que importante construir a carta em cima dessa relação do
154 desmonte da política pública, o significado social disso, as formas da isenção. Conselheira
155 Neylen ressalta que é muito dinheiro envolvido nessas isenções. O Conselheiro Samuel
156 menciona só para pensar sobre a inserção das organizações sociais na área da saúde,
157 vários estudos tem demonstrado que hoje terceirizar uma UPA é muito mais caro, por
158 exemplo. Por mais que digam que nosso estado tem uma qualidade de vida maravilhosa,
159 ele é coronelista, tem práticas políticas arcaicas, não avançamos na democracia, pelo
160 contrário, é extremamente conservadora. A carta pode pensar isso, uma discussão com as
161 entidades. A Presidente Vânia esclarece o encaminhamento que é elaborar uma carta
162 aberta para ser entregue, se possível lida. Quem se disponibilizou a auxiliar a construir é a
163 Vânia, Samuel. O Conselheiro Gilberto sugere não fazer nada muito extenso, bem
164 pontuado, objetivo. A Secretária Executiva Patrícia questiona a construção da carta mesmo
165 que nenhum conselheiro possa ir, se ela for construída, de que forma a carta chegará ao

166 evento. O Conselheiro Samuel responde que se não der para ninguém ir, a Solange e
167 Janice podem levar, já se dispuseram, articulando com a Frente. Ele tentará a liberação, se
168 não conseguir, articularemos com a Frente para a Solange levar a carta. .
169 **ENCAMINHAMENTOS:** O Conselheiro Samuel Salézio sugere elaborar uma Carta Aberta
170 para levar ao evento, mostrando o posicionamento do CEAS. O Conselheiro Samuel Salézio
171 e Presidente Vânia Maria Machado irão auxiliar a Secretária Executiva Patrícia Gasparetto
172 da Silva na elaboração da Carta. **36º Encontro do Fórum Nacional dos Conselhos**
173 **Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, em Alagoas nos dias 09, 10 e 11 de**
174 **novembro de 2016.** A Presidente Vânia Maria Machado realizou a leitura da minuta de
175 programação do evento que acontecerá em Alagoas. O convite do evento do FONACEAS
176 vem destinado a Presidente, Vice-presidente e Secretária Executiva, caso não tenham
177 disponibilidade, é indicado em Reunião Plenária nomes para representar o CEAS. No dia do
178 evento serão realizadas as eleições do FONACEAS, sendo que será verificada a
179 possibilidade do CEAS/SC se candidatar, no entanto a opinião da plenária é de que o
180 Conselho não tem estrutura para assumir as atribuições que um cargo no FONACEAS
181 poderia trazer. **ENCAMINHAMENTO:** A princípio foi decidido que a Presidente Vânia Maria
182 Machado e a Secretária Executiva Patrícia Gasparetto da Silva irão representar o CEAS no
183 36º Encontro do FONACEAS, porém essa pauta será retomada na próxima reunião de Mesa
184 Diretora devido ao fato de que as data coincidirão com o Seminário sobre Trabalho Social
185 com Famílias que será promovido pela Diretoria de Assistência Social com apoio do CEAS
186 (07, 08 e 09 de novembro de 2016). **Reunião Trimestral da CNAS com os CEAS e**
187 **CAS/DF no dia 16 de setembro de 2016.** O CEAS recebeu um ofício convocando no dia 06
188 de setembro de 2016, com a seguinte pauta: IGD/SUAS, IGD/PBF e MROSC, a Presidente
189 Vânia Maria Machado já estará em Brasília antes da data da Reunião e conseguirá
190 comparecer, a Secretária Executiva Patrícia Gasparetto da Silva irá para fins de
191 capacitação. A Secretária Executiva Patrícia esclarece que há necessidade das Comissões
192 se reunirem para pensar a metodologia das reuniões para ter mais efetividade nas ações.
193 **Relato da reunião REGIONAL DO CNAS COM OS CEAS - Região Sul/Sudeste realizada**
194 **em Belo Horizonte nos dias 30 e 31 de agosto, onde estiveram presentes a presidente**
195 **Vânia Maria Machado e a Secretária Executiva Patrícia Gasparetto da Silva**
196 **representando o CEAS/SC.** No referido evento foram apresentados os seguintes assuntos:
197 diagnósticos estruturais dos CEAS das regiões Sul e Sudeste, as Diretrizes do Plano
198 Decenal 2016/2026 e construção dos Planos de Trabalho dos Conselhos de Assistência
199 Social Debate sobre os Planos de Trabalhos dos Conselhos de Assistência Social, ambos
200 de responsabilidade do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Devido a
201 solicitação do CEAS/MG foi incluído na pauta uma mesa de debate para tratar do **Decreto**
202 **8.805 de 7 de julho de 2016, que altera o Regulamento do Benefício de Prestação**
203 **Continuada - BPC, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007,** que
204 teve um parecer técnico apresentado pelos representantes do CEAS/MG. A Presidente
205 Vânia informa que está acontecendo uma discussão no CNAS sobre isso no dia da Plenária,
206 e a partir do resultado dessa discussão isso será pauta para apreciação da Comissão de
207 Benefícios Eventuais e Transferência de Renda e/ou Comissão de Política do CEAS. A
208 Presidente Vânia sugere pensar em alguém da Previdência ou que tenha proximidade com
209 o assunto para apresentar as mudanças do Decreto para as Comissões. A Presidente Vânia
210 relata que foi deliberado na Reunião Regional dos CEAS Região Sul/sudeste, que os CEAS
211 irão encaminhar um comunicado aos Conselhos Municipais de Assistência Social e acionar
212 a Secretaria para fazer o mesmo em relação aos Secretários (as) municipais de Assistência
213 Social. **ENCAMINHAMENTO:** Reunião conjunta entre Comissão de Política e Comissão de
214 Acompanhamento da Gestão Estadual de Benefícios e Transferência de Renda do CEAS,
215 Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e
216 Técnico responsável pelo BPC na Diretoria de Assistência Social – DIAS para tratar do
217 Decreto e propor ação do CEAS. Sobre o **Programa Criança Feliz** o mesmo será pauta na
218 Reunião da Comissão de Política, porém a sugestão é convidar alguma pessoa que tenha
219 conhecimento técnico sobre o Programa para o apresentar para os integrantes da comissão.
220 Depois num segundo momento convidar o Conselho Estadual do Direito da Criança e do

221 Adolescente - CEDCA para contribuir nessa discussão. Conselheiro Roque Heitor
222 Gonçalves se retira da plenária, pois o mesmo irá representar o CEAS no Seminário
223 Estadual “Blocos de Financiamento do SUAS e Vigilância Socioassistencial” no pólo de
224 Indaial. **Momento das Comissões. Cronograma de reuniões:** Reunião de Normas no dia
225 20 de setembro as 09h30min. Reunião de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de
226 Assistência Social no dia 20 de setembro as 13h00min. Reunião conjunta da Comissão de
227 Benefícios e Transferência de Renda e Comissão de Política as 15h00min com convite a um
228 técnico responsável pelo BPC da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
229 Habitação e Presidente e Secretário (a) Executivo (a) do Conselho Estadual dos Direitos da
230 Pessoa com Deficiência – CONEDE e do Conselho Estadual do Idoso – CEI. Reunião da
231 Comissão de Acompanhamento das deliberações das Conferências Estaduais no dia 29 de
232 setembro de 2016 às 13h30min. **Capacitação dos Conselheiros Estaduais de**
233 **Assistência Social.** A Presidente Vânia relata que em Reunião da Comissão de
234 Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social junto com a Mesa
235 Diretora foi construída uma proposta de programação de Capacitação para os Conselheiros
236 titulares e suplentes do CEAS/SC. A Presidente Vânia realiza a leitura da programação para
237 apreciação e aprovação da Plenária. O Conselheiro Samuel sugere que o tema acerca da
238 importância da participação popular seja incluído no início da programação, na própria fala
239 da Luziele Tapajós. Após alguns apontamentos, proposta de programação aprovada por
240 todos da seguinte forma: no dia 24 de outubro, as 08:30 horas – Credenciamento e café de
241 recepção; 9:00 horas – Mesa de Abertura; 9:30 horas – Conjuntura Política Brasileira –
242 Professor Raul Burgos; 10:30 horas – Introdução ao Controle Social na Política de
243 Assistência Social – Professora Luziele Tapajós; 11:30 – Debate; 12:30 horas– Almoço;
244 13:30 horas – 1ª Mesa – Representação e Representatividade; 15:00 horas – 2ª Mesa –
245 Estrutura e Funcionamento do CEAS (incluindo comissões) – O que temos – O que
246 queremos; 16:30 horas – *Coffe Break*; 17:00 horas – 3ª Mesa – Educação Popular; 18:00
247 horas – Encerramento. E no dia 25 de outubro, as 08:30 horas – 1ª Mesa – Estrutura do
248 SUAS; 10:00 horas – *Coffe Break*; 10:30 horas – Retorno da Mesa Estrutura do SUAS;
249 12:00 horas – Almoço; 13:00 horas – Orçamento e Financiamento do SUAS; 15:30 horas –
250 *Coffe Break* e 16:00 horas – Processo de Conferência. A Presidente Vânia sugere realizar
251 uma Reunião extraordinária no dia 06 de outubro de 2016 junto com o Conselho Estadual
252 dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como pauta o SINASE e o Programa
253 Criança Feliz. Dando por encerrada a Reunião eu Patrícia Gasparetto da Silva, com o apoio
254 de Ana Carolina Rosa Pires, lavrei a presente ata.